

Difícil jogo pela frente

Há certo exagero no governo norte-americano ao pensar que as autoridades brasileiras não levam a sério a questão da dívida externa. Levam, e tanto, que até imaginam que os bancos norte-americanos serão obrigados a aceitar as condições que lhe serão oferecidas sob pena de ser forçados, legalmente, a registrar vultosos prejuízos. Não fazemos jogo de palavras: as autoridades brasileiras estão de fato convencidas de que a 26 de outubro, se não for efetuado pagamento algum de parte dos juros devidos desde 20 de fevereiro, os créditos brasileiros serão rebaixados de categoria pela *Interagency Country Exposure Risk Committee*, organismo do governo norte-americano que supervisiona a qualidade dos empréstimos dos bancos dos Estados Unidos ao Exterior, isto é, que zela para impedir que empréstimos de difícil resgate sejam registrados contabilmente como bons.

As autoridades brasileiras sabem duas coisas a respeito do dia 26. A primeira é que a decisão de rebaixamento de categoria levará os bancos norte-americanos a acusar vultosos prejuízos, que só poderão ser cobertos com seu capital, pois as reservas que acumularam para essa situação são insuficientes. A segunda é que esse rebaixamento obrigará os bancos norte-americanos a não mais conceder empréstimos ao Brasil — com o que seriam cortadas as linhas de curto prazo e estariam em risco o comércio exterior brasileiro e a saúde financeira das agências dos bancos brasileiros no Exterior. Esse último fato, associado ao rebaixamento dos créditos, obrigaria o Banco Central do Brasil a assumir o controle dessas agências (a estatizá-las) para evitar represálias legais dos tribunais norte-americanos por solicitação dos bancos credores.

O governo brasileiro não está vendendo as coisas sem seriedade; afinal, estar a par dessas coisas já é em si esforço sério de preocupação. O que os norte-americanos não compreendem é a razão pela qual as autoridades brasileiras consideram que os bancos credores terão mais interesse em fazer qualquer tipo de acordo para evitar o rebaixamento dos créditos brasileiros, do que o governo de Brasília tem medo de perder as linhas de curto prazo.

Na verdade, interesses materiais à parte, trata-se de diferentes visões estratégicas do problema: o governo norte-americano julga que o brasileiro deve dar sua colaboração para impedir uma atitude dos bancos, que a médio prazo, afetará a economia brasileira como um todo; as autoridades brasileiras têm a opinião de que os norte-americanos devem fazer — e farão — o possível

para impedir que os prejuízos decorrentes do rebaixamento dos créditos sejam contabilizados à custa do capital dos bancos, com a queda consequente do valor das ações deles nas bolsas de valores. É, mal comparando as coisas, a diferença de visão estratégica que havia entre Hitler e os aliados antes do Dia D na Normandia: os alemães julgavam que o ataque viria por Calais, e os aliados estimavam que pela Normandia, embora a distância da Inglaterra e dos objetivos estratégicos fosse maior, o êxito seria assegurado pela surpresa. As coisas não se passaram tão facilmente, para os aliados, mas depois de arrancar as praias durante muitas semanas, foi possível ao general Patton romper as linhas inimigas. Queremos dizer, em outras palavras, o Brasil e os bancos norte-americanos jogam um jogo, no qual as vantagens relativas das estratégias e táticas empregadas só poderão ser medidas depois de ele estar concluído.

O raciocínio das autoridades brasileiras é bem típico do devedor, que de tanto dever já perdeu um pouco da noção de que mesmo na concordata devem vigir regras negociais mínimas. O governo de Brasília imagina que os bancos credores não podem, por razões, suportar os prejuízos que advirão se até o dia 26 não se chegar a um acordo provisório sobre o pagamento de parte dos juros. Fixado nessa posição, julga-a imbatível, e nisso é auxiliado pelo temor de alguns bancos credores de que o endurecimento da posição brasileira acabe por levá-los a uma posição financeira indesejável. Por isso, estariam dispostos a concordar com fórmulas que satisfizessem a comissão do governo norte-americano e salvassem a face do ministro Bresser Pereira diante do Senado brasileiro.

Por seu lado, alguns bancos norte-americanos parecem dispostos a não aceitar todas as condições brasileiras como boas e úteis para qualquer ocasião. Alguns deles, como o Citicorp, além de acumular reservas substanciais, estão vendendo imóveis a fim de reforçar a caixa para a eventualidade de no dia 26 não haver sinais firmes de acordo. Ao mesmo tempo, no Executivo norte-americano não há unanimidade de opiniões: se existem os que não querem que por causa do Brasil os bancos norte-americanos acusem prejuízos — insistindo em um acordo a qualquer preço —, há outros que estão cansados de ser lançados contra a parede a todo instante. Afinal, se depois da Baía dos Porcos, do Vietnã e do malogrado resgate dos reféns na embaixada norte-americana em Teerã, ainda se for obrigado a aceitar a arrogância brasileira no setor da dívida externa e da infor-

mática, que poderão exigir os Estados Unidos dos demais parceiros, sérios, como Japão e Alemanha Federal?

O jogo em que o Brasil se meteu pela má gestão da economia e pela errada visão que o sr. Dílson Funaro tinha dos negócios internacionais é perigoso demais para ser visto pelas autoridades brasileiras da maneira como tratamos. Negócio é assunto que reúne pelo menos duas pessoas; e bom negócio é o que deixa contentes os dois. Ora, se sob pressão de setores do governo norte-americano os bancos aceitarem as condições brasileiras, quem garante que amanhã os credores não recusarão cumprir seu acordo, ou manobrarão para tornar difícil a vida econômica brasileira? Quem faz da moratória um princípio de honra — ou um sinal de esperteza — não poderá queixar-se se amanhã o credor deixar de repassar um novo crédito prometido. Esse é um risco que não pode ser desconsiderado. Outro, é que o governo norte-americano, vendo os bancos credores ceder às pressões brasileiras, decida demonstrar ao Brasil que as leis norte-americanas existem para ser postas em prática; que custará às autoridades norte-americanas, a propósito das decisões soberanas da SEI, aplicar sanções soberanas contra a importação de produtos brasileiros?

A questão da dívida externa — disso não se convenceu o governo brasileiro — não é problema apenas de relacionamento entre o Banco Central e os bancos credores. É uma questão, já o dissemos várias vezes, de poder entre as nações. O Brasil poderá erguer quantas bandeiras antiimperialistas quiser; o fato é que a União Soviética não tem dinheiro, nem mercado, nem matérias-primas para atender às necessidades do Brasil. Cuba muito menos. O Japão e a Europa correrão riscos num país cujo governo tem, ou pelo menos tinha, orgulho de não cumprir garantias dadas?

Pensem os negociadores brasileiros em Nova York que na guerra moderna, como aliás em qualquer uma, a maior probabilidade de vitória final cabe sempre a quem tiver mais recursos e mais capital disponíveis, afora alternativas estratégicas mais amplas. A superioridade estratégica, desse ponto de vista, está com os Estados Unidos (bancos e governo). Por isso, o Brasil pode ganhar a primeira batalha da dívida externa, submetendo os bancos às suas condições. Deve guardar-se, porém, para correr o risco de ter de travar outras batalhas, em frentes para as quais não tem tropas de reserva — a não ser aquelas que a reserva de mercado da informática permitiu acumular...